2

1

2

1

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos

3

4

5

6

10

11

12

13

14

15

16

17 18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44 45

46

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e treze, com início às oito horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, localizada na Avenida Rei Alberto I, nº. 119, no Bairro da Ponta da Praia em Santos/SP realizou-se a oitava assembleia geral ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2013/2014, com a presença dos conselheiros que subscreveram a lista anexa. Justificaram as ausências os conselheiros Alexandre Vieira de Lima e Iracema Aguiar Menezes, Iniciou-se a reunião com a seguinte pauta: 1) Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária de julho/2013; 2) Apreciação e Deliberação da utilização dos juros referente aos projetos financiados com recursos da Fundação Vivo Telefônica/FMDCA: 3) Apreciação e deliberação da alteração da linha de investimento da Fundação Itaú Criança 2012; 4) Apreciação e Deliberação da revogação da Resolução Normativa nº 88/2006 que dispõe acerca da criação e regulamentação do Certificado de Captação CDC; 5) Apreciação e Deliberação do registro da Associação Educacional, Cultural, Esportiva e Recreativa Projeto Tia Egle; 6) Recomposição dos membros da Corregedoria dos Conselhos Tutelares; 7) Relatos da Diretoria Executiva; 8) Relatos das Câmaras Setoriais; 9) Relatos dos representantes dos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalhos; 10) Relatos dos Conselhos Tutelares; 11) Assuntos Gerais. Submetida à apreciação do plenário, a ata da assembleia anterior foi aprovada com as seguintes alterações: na linha sessenta, onde está escrito violência leia-se exploração; na linha 113 e 114 fica suprimida a menção à prestação de contas pela Conselheira Taís Pereira Aquiar do Conselho Tutelar da Zona Leste e, à linha 51, em que consta Regina, o correto é Kátia. Em seguida e apreciando o item dois da pauta, Wilson explicou que as associações Proeco, Poiesis e Pró Viver integraram o convênio 105 da Fundação Telefônica e essas entidades pretendem gastar os juros advindos das contas. A Conselheira Maria Cristina informa que as despesas estão de acordo com o projeto aprovado. Submetida à apreciação da Assembleia, foi aprovada a utilização dos juros pelas entidades supracitadas. A conselheira Maria Cristina esclareceu que o convênio encerra-se com a utilização desses juros. Apreciando o item três da pauta, que trata da alteração da linha de investimento da Fundação Itaú Criança dois mil e doze, a Conselheira Valéria Gallotti prestou os devidos esclarecimentos sobre a campanha, afirmando que no ano passado a linha de financiamento escolhida foi drogadição, mas não houve projetos; que o valor destinado gira em torno de trinta mil reais e a fundação Itaú não se opõe à alteração da linha de financiamento, desde que conste em ata deste Conselho. A colaborada Luci considera relevante que essas informações estejam disponíveis no portal dos Conselhos. A proposta de alteração da linha de financiamento para o eixo exploração sexual foi aprovada sem ressalvas. Em seguida, pelo item guatro da pauta, este Conselho, por unanimidade, deliberou por suspender a eficácia da Resolução Normativa nº 88/2006 que dispõe acerca da criação e regulamentação do Certificado de Captação CDC. Apreciando o pedido de registro da Associação Educacional, Cultural, Esportiva e Recreativa Projeto Tia Egle de que trata o item cinco da

5

47

48

49

50

51

52

5354

55

56

57

58

59

60

61 62

63

64

65

66

67 68

69

70

71

72

73 74

75

76 77

78

79 80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92 93

94

4

pauta, deu-se a palavra às técnicas do projeto, que informaram que a instituição faz o contraturno do período escolar e tem como um de seus objetivos orientar crianças a enfrentar e superar as dificuldades, dentro de um viés educacional em que são observados o ECA, o SUAS e a LOAS.; que há atividades como balé, judô e capoeira, atendendo duzentos e sessenta e oito crianças. O registro foi aprovado. Pelo item seis da pauta, pelo Conselho Tutelar da Zona Centro, será titular o conselheiro Tutelar André Fuschini e suplente a Conselheira Tutelar Vanessa Santos Silva, pelo Conselho Tutelar da Zona Leste, a titular será Taís Pereira Aguiar e o suplente Weverson Alexandre Nogueira. O Conselho Tutelar da Zona Noroeste irá se renunir para decidir sobre seus representantes, já que, conforme o relato da Conselheira Tutelar Luana de Maria, não sabia da necessidade de recomposição dos membros da Corregedoria. Pelo CMDCA passam a figurar como membros da corregedoria a Conselheira Cristina Helena Ribeiro dos Santos como titular e o Conselheiro Sérgio Willians dos Reis como suplente e Helenice Fontes Alves como titular e Marta Ceará como suplente. Pelo item sete da pauta – relatos da Diretoria Executiva, o Presidente Ricardo lembra que haverá reunião no dia sete de agosto próximo futuro com o Promotor de Justiça Dr. Carlos Alberto Carmello Júnior sobre o fluxo do álcool. Foi dada a palavra ao Secretário de Gestão Fábio Ferraz que explicou sobre a iniciativa do Prefeito Municipal de que haja eficiência no Executivo. Nessa premissa, buscou-se a redução de custos, que permeia a redução do valor dispendido com locações, que, anualmente, perfazem doze milhões de reais. A colaboradora Luci critica a falta de diálogo e pugna pelo respeito à sociedade civil. O Secretário concorda com essas observações e deseja estreitar a parceria com os Conselhos Municipais. Aproveitando-se da presença do Secretário, a Conselheira Tutelar Luana cita as precárias condições do Conselho Tutelar da Zona Noroeste, solicitando a adoção de providências. A colaboradora Tânia Justo afirma que é dever do cidadão cobrar uma atuação eficiente do Poder Público e critica a posição adotada por alguns conselheiros, que devem se preocupar com a infância e juventude ao invés do interesse pessoal. Encerrando sua fala, Fábio Ferraz afirmou que está atuando para assegurar boas condições de instalação par aos Conselhos Municipais. O item 10 da pauta, que trata do status dos Conselhos Tutelares foi antecipado. A conselheira Taís Pereira Aguiar apresentou prestação e contas por Datashow, que se encontra à disposição do CMDCA. Pelo Conselho Tutelar da Zona Noroeste, a Conselheira Luana explicou que não tem condições de apresentar relatório porque o Conselho não tem estrutura e condições técnicas para apresentá-lo. Da mesma forma o Conselho Tutelar da Zona Centro informa que não encaminha a prestação de contas porque não conseque inserir os dados por problemas técnicos. A conselheira Tutelar Taís espera que este CMDCA defina a questão da fiscalização das entidades, esclarecendo dúvidas e apontando os responsáveis; reforçou a necessidade de capacitação dos Conselheiros Tutelares. O Conselheiro Edmir Santos Nascimento afirma que este CMDCA deve cobrar do Secretário de Saúde a implantação do CAPS AD em nossa cidade; realçou a importância da participação da Universidade Federal de São Paulo no plano de participação comunitária e em relação aos Conselhos Tutelares e pediu que o CMDCA envie carta convite aos membros que compõem a Comissão de Monitoramento do Plano de Convivência familiar e Comunitário, sendo seu pedido aprovado. A colaboradora Luci sugeriu a criação de uma agenda eletrônica permitindo a publicidade e multiplicação das

95

96

97 98

99

100

101102

103104

105

106

107

108109

110

111

112

113114

115

116117

118

119

120

121 122

123

124125

126

127

128129

130131

132

7

informações e eventos. O Conselheiro Tutelar André Fuschini remete a este Conselho cópia dos encaminhamentos da ficha Ficai da Escola Estadual João Otávio dos Santos. O Conselheiro explicou ainda que o comparecimento guinzenal ao Bairro do Caruara atende a demanda, porque são atendidos apenas cinco casos em média a cada quinze dias. Falou sobre o problema gerado pela perua, que, indo à Caruara, desquarnece o Conselho Tutelar da Zona Centro. A colaboradora Luci pediu esclarecimentos sobre o tipo de demanda encaminhada ao Conselho Tutelar do Centro em Caruara. A Conselheira Tutelar Taís Pereira Aguiar esclarece que a demanda é que irá definir o comparecimento do Conselho Tutelar do Centro à Caruara, seja semanal ou quinzena; que a população não conhece as reais atribuições do Conselho Tutelar, gerando encaminhamentos indevidos. O Conselheiro Tutelar Mário Ferreira afirma que comparece ao bairro e que a demanda é pequena e que, diariamente, faltam quatro professores na escola localizada no Bairro, fato que não se limita a essa unidade de ensino. Mário lamentou a atuação do CREAS em que o atendimento é demorado. A conselheira tutelar Luana afirma que a chefia queixa-se da falta de técnicos. A colaboradora Luci pede que haja transferência de funcionários para o CRAS e o CREAS. O Conselheiro Calos Alberto Ferreira Mota esclarece sobre a composição do CRAS e do CREAS, que segue uma normativa do Conselho Nacional de Assistência Social. Retomada a pauta, pelo item oito, o Conselheiro Luciano da Silva Oliveira informa que o saldo da conta do fundo é de dois milhões, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos. A Conselheira Maria Cristina – Câmara de planejamento, afirma que foi a única presente na reunião de sua câmara, cujas reunião estão esvaziadas. O item nove não teve relatos e pelo item onze, assuntos gerais, a colaboradora Luci afirma que algumas mães e crianças queixam-se da falta de segurança nas escolas, como também da falta de sabonete líquidos nas unidades de ensino. O Conselheiro Edmir Santos Nascimento informa sobre o Fórum Nacional de convivência familiar e comunitária e o convite para que os integrantes da sociedade civil participem de sua composição. O evento realizar-se-á nos dias doze e treze de agosto próximo futuro, em Brasília. A Conselheira Maria Fernanda foi escolhida para representar o CMDCA e foi deliberado por oficiar o DEARTI sobre as despesas necessárias com a viagem alimentação e estadia. Foi aprovada dotação de verba para tal fim. Ainda em assuntos gerais, o Conselheiro Tutelar André Fuschini afirmou que os Conselhos Tutelares não receberam reajuste salarial e, tampouco o abono concedido aos servidores públicos. Afirma que irá encaminhar ofício a este Conselho para análise e providências cabíveis. Não havendo mais assuntos, o Presidente encerrou a Assembleia.

133

134

135

136

RICARDO DE OLIVEIRA GOMES

ANTONIO FERREIRA DE MELLO JÚNIOR

Presidente do CMDCA

1ª Secretário do CMDCA

9